



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individual
Relatório de Gestão 2020



**PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO 2020**



Índice

INTRODUÇÃO	4
1 RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS	6
1.1 ENQUADRAMENTO NACIONAL, INTERNACIONAL E LOCAL.....	6
1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	8
2 RELATO SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	11
2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO	11
2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	13
2.2.1 RECEITAS – 2020.....	13
2.2.2 DESPESAS.....	16
2.2.3 PRINCIPIO DO EQUILIBRIO E EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	18
<i>Realçamos que pela primeira vez e com todos os constrangimentos que o cumprimento da legislação em vigor nos impõe, este Município obteve em Prazo Médio de Pagamento de 4 dias.</i>	21
3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	22
3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS.....	22
COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS EM 2020 E 2019, A SUA VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA EM (%):.....	22
3.2 ESTRUTURA DE GASTOS.....	23
3.3 PESSOAL.....	24
3.4 EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	24
3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO.....	26
4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	27
4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA	27
4.2 INDICADORES DE GESTÃO	27
4.3 ANÁLISE ECONÓMICA	29
4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	29
5 CONTABILIDADE DE GESTÃO	33
6 QUESTÕES AMBIENTAIS	34
7 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	36
7.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	36
7.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO	36
7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

Índice de Ilustrações

GRÁFICO I PESSOAL AO SERVIÇO - 2020	8
GRÁFICO II DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO	9
GRÁFICO III EVOLUÇÃO DO Nº DE COLABORADORES AO SERVIÇO	10
QUADRO I ESTRUTURA E EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FUNÇÕES - ANO DE 2020	11
QUADRO II MAPA COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI.....	12
QUADRO III EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	13
QUADRO IV EVOLUÇÃO DA RECEITA (2008 A 2020).....	14
QUADRO V FUNDOS MUNICIPAIS - FEF - FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO, FSM –FUNDO SOCIAL MUNICIPAL, IVA, IRS	15
QUADRO VI EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	16
QUADRO VII EVOLUÇÃO DA DESPESA	17
QUADRO VIII DESPESA CORRENTE E CAPITAL	17
QUADRO IX PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
QUADRO X EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	19
QUADRO XI DÍVIDAS A CURTO PRAZO, MÉDIO E LONGO PRAZOS	19
QUADRO XII POSIÇÃO DOS PROJETOS CANDIDATOS EM 31/12/2020.....	20
QUADRO XIII PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	20
QUADRO XIV RENDIMENTOS 2019 E 2020	22
QUADRO V GASTOS 2019 E 2020	23
QUADRO VI GASTOS COM O PESSOAL 2019 E 2020	24
QUADRO XVII EBITA E RESULTADO LÍQUIDO 2019 E 2020.....	25
QUADRO XVIII INDICADORES FINANCEIROS/ENDIVIDAMENTO 2019 E 2020	26
QUADRO XIX ALGUNS ITENS DO BALANÇO 2019 E 2020.....	27
QUADRO XX INDICADORES DE GESTÃO 2019 E 2020	28
QUADRO XXI RÁCIOS FINANCEIROS 2019 E 2020.....	28
QUADRO XXII INDICADORES ECONÓMICOS 2019 E 2020	29
QUADRO XXIII APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2020	30



INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade das autarquias locais tem sido uma preocupação constante dos responsáveis governamentais, eleitos locais, técnicos e funcionários cujas funções se desenvolvem no âmbito da administração local, com sucessivas alterações. Esta reforma da contabilidade autárquica foi iniciada pela publicação do Decreto-Lei n.º 243/79, de 25 de julho, caracterizada pela tentativa de uniformização com a contabilidade orçamental em vigor na Administração Pública.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho, aperfeiçoou o sistema instituído e introduz a obrigatoriedade de elaboração, aprovação e execução do plano de atividades e da utilização de uma classificação funcional para as despesas. Em complemento deste diploma, o Decreto Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro, institucionaliza na administração autárquica um sistema contabilístico, definindo as normas de execução da contabilidade das autarquias locais.

Todavia, as preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, exige um conhecimento integral e exato da composição do património autárquico e do contributo deste para o desenvolvimento das comunidades locais.

Com a publicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, veio estabelecer-se um instrumento de enquadramento indispensável a um moderno sistema de contas em toda a Administração Pública, que promoveu a organização da informação patrimonial e financeira dos serviços da Administração Pública, cuja adaptação à contabilidade das autarquias locais, consubstanciou-se não só com a aprovação do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, mas também com a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (Lei das Finanças Locais).

Atualmente e num contexto necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, foi aprovado a Lei 73/2013 de 03 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. Com a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações

Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abriu-se caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP. No entanto, os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo. Assim o mesmo só foi implementado no ano de 2020. Face ao exposto, o Município de Vila Nova de Foz Côa, *apresenta* nos termos legais o relatório de gestão que integra um conjunto de documentos de prestação de contas previstos legalmente. Trata-se de um documento que interpreta e explicita as demonstrações orçamentais e financeiras, bem como o desempenho da gestão na execução da sua estratégia, com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada das contas públicas, através de informação comprehensível por parte dos diversos “*stakeholders*”. Por conseguinte, o relatório de gestão deve fornecer uma exposição fiel e clara das questões, transações e eventos mais significativos, apresentados nas demonstrações financeiras dos Municípios, bem como, os fatores que exerceram maior influencia sobre os mesmos.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o correspondente desempenho orçamental.

Contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira deste Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dessa atividade, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.



1

RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS

1.1 ENQUADRAMENTO NACIONAL, INTERNACIONAL E LOCAL

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação. Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023.

Ao Nível Internacional e após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos. As hipóteses para o enquadramento externo da projeção traduzem uma recuperação gradual da economia mundial. Após uma queda de 3,5% em 2020, o PIB mundial cresce 5,6% em 2021 e 3,7% em média nos dois anos seguintes. Na área do euro, a atividade económica cai 7,3% em 2020 e aumenta 3,9% em 2021 e cerca de 3%, em média, em 2022-23. O ritmo esperado da recuperação económica é diferenciado entre países, refletindo, entre outros fatores, o peso na estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance e duração da resposta de política económica. Boletim Económico | dezembro 2020 • Banco de Portugal

Ao Nível Local, a pandemia Covid-19, provocou um maior impacto nos domínios da saúde, ação social, educação, cultura e desporto, com os serviços municipais a fecharem as portas ao público durante 15 dias, não deixando, porém, de prestar os serviços essenciais, nem de pagar aos seus fornecedores, como medida de mitigação da crise económica. Foi um ano atípico em todos os sentidos, restringiu-se a liberdade de deslocação e foram impostas regras de saúde pública, nos sucessivos estados de emergência. Considerando a situação excepcional de crise vivida no âmbito da pandemia da doença COVID-19, a qual precipitou uma retração da atividade económica a nível mundial, nacional e, consequentemente forte impacto local, o Município de Vila Nova de Foz Côa, desencadeou os mecanismos necessários com o objetivo de mitigar os efeitos nefastos desta crise em termos económicos e sociais. Para tal, direcionou o seu esforço financeiro através de medidas dirigidas aos seus municíipes, refletidas em diversas ações, das quais destacamos: a entrega de bens essenciais ao domicílio (alimentação, medicação, entre outros); a criação da Linha de Apoio Psicológica; apoio alimentar à população mais fragilizada e/ou carenciada; continuidade na realização de rastreios inadiáveis e tratamentos de enfermagem ao domicílio pelo Programa Saúde Sobre Rodas; entrega de Equipamento de Proteção Individual e produtos de desinfeção a IPSS, Bombeiros, Centro de Saúde e Unidade de Cuidados Continuados; entrega de máscaras têxteis, laváveis e certificadas a toda a população do concelho; apoio financeiro a entidades concelhias que têm estado na linha da frente no combate ao novo coronavírus; apoio Financeiro às IPSS para reforço de despesas com pandemia; aquisição de equipamento informático para alunos do agrupamento de escolas; o reforço de medidas de limpeza e higienização do espaço público e mobiliário urbano; a criação de um pacote de medidas em que estão incluídas as isenções das taxas sobre loteamentos e obras, sobre feiras e mercados, de ocupação da via pública, taxas de emissão de certidões/declarações de qualquer tipo, isenção da fatura da água e disponibilização de infraestruturas municipais para acolhimento de doentes Covid e voluntários. O planeamento prévio (possível), a atitude antecipatória e a interpretação orçamental foram essenciais para responder de forma eficaz, eficiente e equilibrada às reais necessidades dos municíipes, reorganizando as verbas municipais através de uma gestão rigorosa, *vis-à-vis* a incerteza dos fortes efeitos pandémicos, não descurando nenhuma das restantes áreas de atuação municipal.

Estes conjuntos de medidas/acções, durante o ano de 2020, consubstanciou-se numa despesa direta de total de 238.221,80 € e numa diminuição da receita na ordem dos 159.953,51€, perfazendo um total de 398.175,31 €, canalizados diretamente para o combate a esta pandemia.

1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

O Município de Vila Nova de Foz Côa, no exercício das atribuições que lhes estão cometidas pela Legislação em vigor (Lei nº 75/2013 de 12 de setembro) designadamente nos seguintes domínios: Equipamento Rural e Urbano, Energia, Transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, promoção do desenvolvimento, ordenação do território e urbanismo e cooperação externa, contava à data de 31-12-2020, com 167 colaboradores em funções, 77 do sexo masculino e 90 do sexo feminino, distribuídos pelas categorias/ carreiras da seguinte forma:

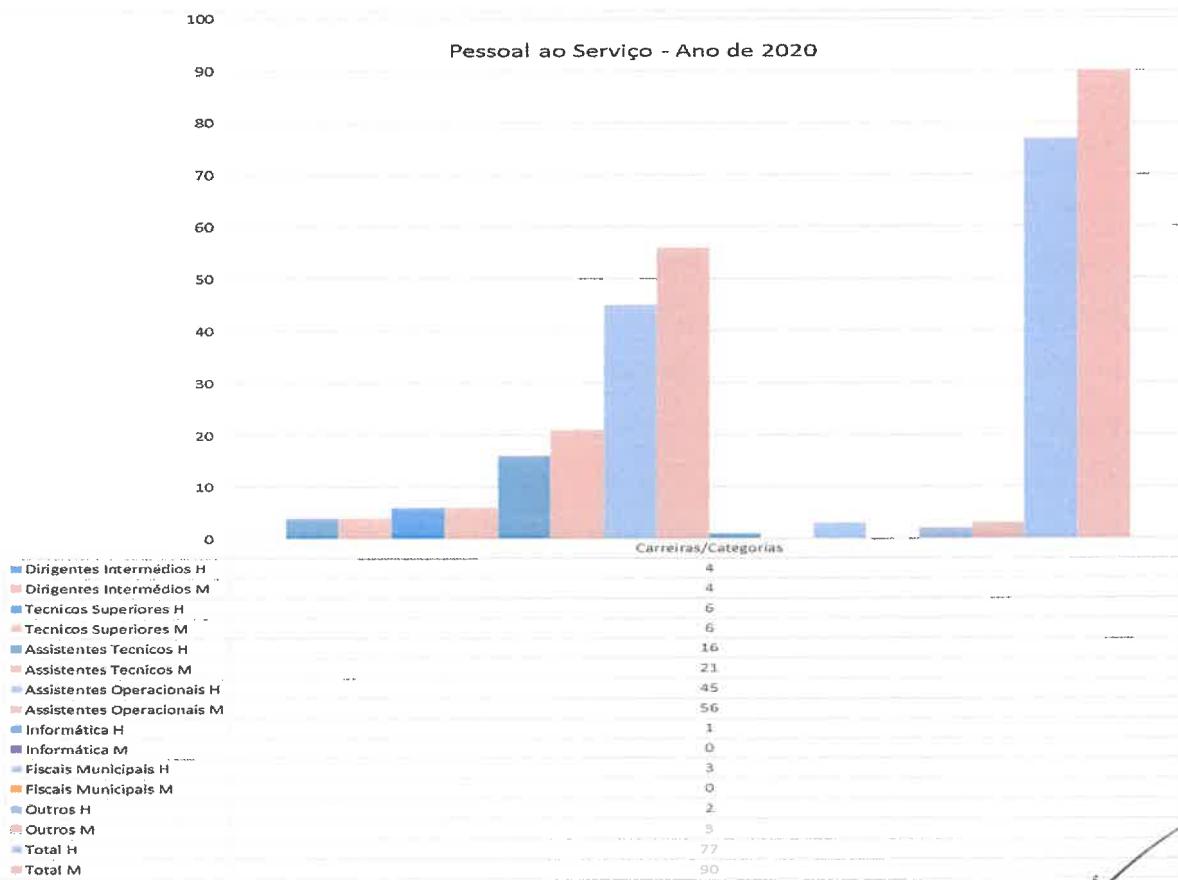


Gráfico 1 Pessoal ao Serviço - 2020

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

De seguida, analisamos a distribuição dos colaboradores por escalão etário.

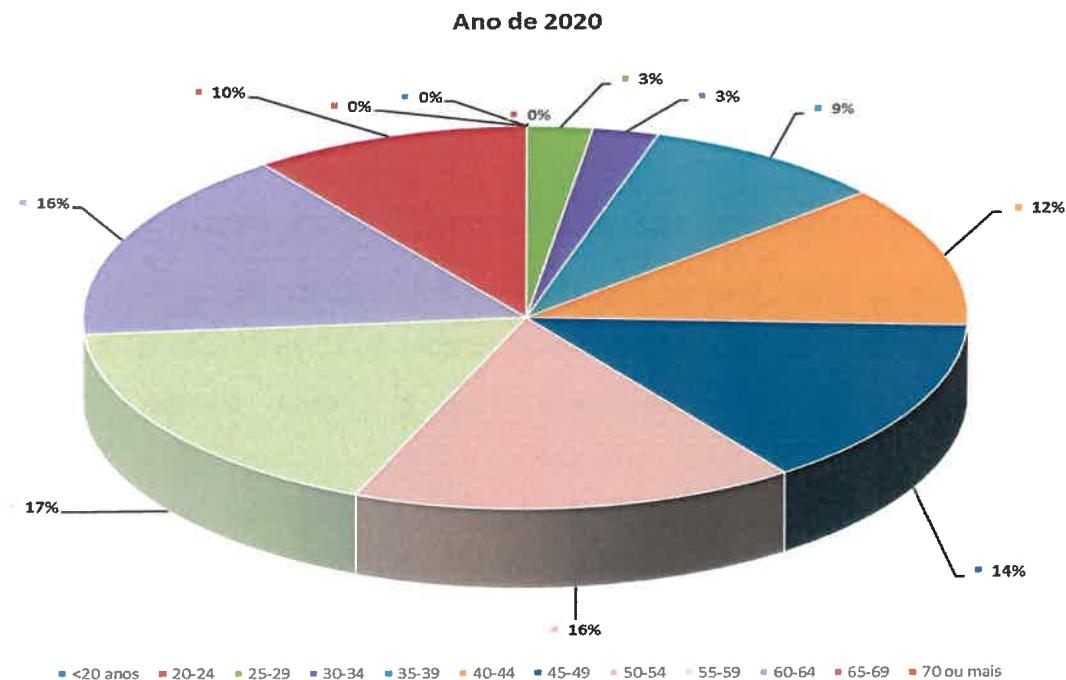


Gráfico II Distribuição dos colaboradores por escalão etário

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

Analizando o gráfico supra, verifica-se que a maior percentagem de colaboradores, situa-se no escalão etário dos 55-59 anos, com 17% e a seguir com 16% temos os escalões etários de 50-54 anos e 60-64 anos. Realça-se o facto de 17 colaboradores (10%) se encontrarem no escalão etário de 65-69 anos, a atingir a idade de reforma. Refira-se que, no período temporal de 10 anos, irão reformar-se 73 colaboradores, que se encontram nos escalões etários dos 55 a 69 anos.

Destacamos ainda, a evolução do nº de colaboradores ao serviço neste Município, desde o ano de 2008 a 2020. De notar que a partir do ano de 2008, foram integrados no mapa de pessoal do Município, os trabalhadores não docentes do Agrupamento Vertical de Escolas de Vila Nova de Foz Côa.

Evolução de pessoal ao Serviço

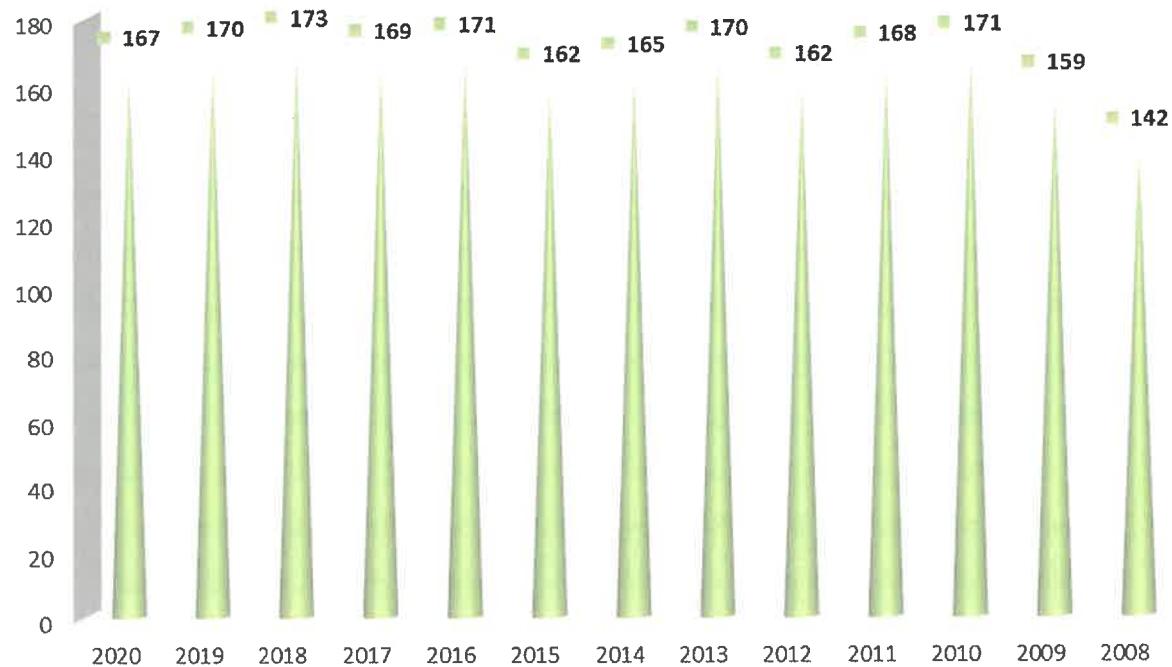
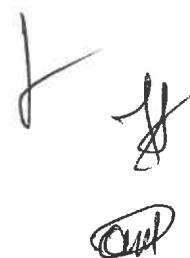


Gráfico III Evolução do nº de colaboradores ao serviço

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL





RELATO SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL

2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS -
ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Mesmo com a implementação deste novo paradigma de análise às contas Municipais, o Plano Pluriannual de Investimento, continua a ser uma ferramenta de análise importante, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Comércio e Turismo – 85,21%, Serviços Gerais de Administração Pública – 52,13%, Habitação e Serviços Coletivos – 48,81%, Transportes e Comunicações – 29,60%, Educação – 28,71%, Indústria e Energia – 13,11% e Serviços Culturais Recreativos e Religiosos – 9,45%.

Funções	Dotação Inicial	Alt. Modificativa	Dotação Atual	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Publica	158 272,00	118 405,00	276 677,00	144 219,58	-132 457,42	52,13
Educação	65 600,00	77 377,84	142 977,84	41 050,12	-101 927,72	28,71
Saúde	100,00	0,00	100,00	0,00	-100,00	0,00
Segurança e Acção Sociais	20 000,00	-19 900,00	100,00	0,00	-100,00	0,00
Habitáculo e Serviços Coletivos	2 555 900,00	259 733,80	2 815 633,80	1 374 320,86	1 441 312,94	48,81
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	11 000,00	182 800,00	193 800,00	18 315,37	175 484,63	9,45
Indústria e Energia	400 100,00	-339 270,00	60 830,00	7 976,53	52 853,47	13,11
Transporte e Comunicações	671 900,00	588 912,16	1 260 812,16	373 226,69	887 585,47	29,60
Comércio e Turismo	1 714 000,00	-1 425 500,00	288 500,00	245 822,97	42 677,03	85,21
Total Geral	5 596 872,00	-557 441,20	5 039 430,80	2 204 932,12	-2 834 498,68	43,75

Quadro I Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2020



Evolução da Execução do PPI			
Ano	Previsto	Executado	%
2008	8 389 048,42	2 872 233,16	34,24%
2009	8 746 001,27	2 055 893,21	23,51%
2010	8 563 680,48	2 979 906,87	34,80%
2011	12 884 489,28	4 534 900,19	35,20%
2012	13 095 658,25	5 619 156,06	42,91%
2013	7 128 912,80	4 617 059,55	64,77%
2014	2 593 350,00	1 653 432,69	63,76%
2015	2 900 175,80	1 962 114,96	67,66%
2016	1 515 067,95	652 285,50	43,05%
2017	4 184 558,35	1 624 315,06	38,82%
2018	4 374 258,83	1 657 243,46	37,89%
2019	2 356 629,97	1 080 692,23	45,86%
2020	5 039 430,80	2 204 932,12	43,75%

Quadro II Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de execução de 43,75%.

2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.2.1 RECEITAS – 2020

Económica	Classificação Descrição	Dotação			Execução	
		Início	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	IMPOSTOS DIRETOS	1 068 633,00	0,00	1 068 633,00	984 236,97	92,1
02	IMPOSTOS INDIRETOS	3 388,00	0,00	3 388,00	1 565,63	46,2
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	41 538,00	0,00	41 538,00	23 595,74	56,8
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	11 048,00	0,00	11 048,00	3 590,38	32,5
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 966 119,00	0,00	6 966 119,00	6 735 072,05	96,7
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 318 816,00	0,00	1 318 816,00	1 158 978,75	87,9
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6 898,00	0,00	6 898,00	95 417,60	1 383,3
	RECEITAS CORRENTES	9 416 440,00	0,00	9 416 440,00	9 002 457,12	95,6
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2 518,00	0,00	2 518,00	0,00	0,0
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 309 914,00	1 728 590,00	2 581 324,00	1 632 262,96	63,2
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	4 312 435,00	1 728 590,00	2 583 845,00	1 632 262,96	63,2
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	54,00	0,00	54,00	0,00	0,0
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	3 510 018,86	3 510 018,86	3 510 018,86	100,0
	OUTRAS RECEITAS	54,00	3 510 018,86	3 510 072,86	3 510 018,86	100,00
	TOTAL DA RECEITA	13 728 929,00	5 238 608,86	15 510 357,86	14 144 738,94	91,2

Quadro III Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **14.144.738,94€**. Este valor inclui **3.510.018,86€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **24,82%** das receitas arrecadadas.

O total das receitas correntes foi de **9.002.457,12€**, o que corresponde a **63,65%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **1.632.262,96€**, o que corresponde a **11,54%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital, em relação ao previsto corrigido é de **95,60%**, e **63,20%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que, o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 91,20%, cumprindo com o estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 setembro (RFALEI), republicada, pela Lei 51/2018 de 16 de agosto. A referida execução revela ainda que, os orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.

Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores, no que se refere à evolução da receita arrecadada.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individual
Relatório de Gestão 2020

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2008	5 773 590,71 €	4 154 492,10 €	9 928 082,81 €	-0,09
2009	6 655 587,92 €	3 725 978,41 €	10 381 566,33 €	4,57
2010	6 655 937,69 €	3 887 450,53 €	10 543 388,22 €	1,56
2011	6 679 059,99 €	5 461 053,25 €	12 140 113,24 €	15,14
2012	6 695 144,27 €	7 722 947,34 €	14 418 091,61 €	18,76
2013	7 820 678,22 €	4 397 650,72 €	12 218 328,94 €	-15,26
2014	9 192 109,86 €	1 342 901,65 €	10 535 011,51 €	-13,78
2015	8 745 879,96 €	1 503 969,39 €	10 249 849,35 €	-2,71
2016	8 677 500,14 €	1 042 452,29 €	9 719 952,43 €	-5,17
2017	8 641 949,84 €	2 676 131,83 €	11 318 081,67 €	16,44
2018	8 940 239,15 €	2 823 987,66 €	11 764 226,81 €	3,94
2019	8 788 565,58 €	3 869 200,53 €	12 657 766,11 €	7,60
2020	9 002 457,12 €	5 142 281,82 €	14 144 738,94 €	11,75

Quadro IV Evolução da Receita (2008 a 2020)



As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Fixa no IRS, transferência ao abrigo do nº3 do art.º 35 da Lei nº 73/2014 e participação da receita do IVA.
2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.
3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2019, houve um **aumento de 10,14%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

Transferências do OE 2020				
Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2008	3 649 471,00 €	2 278 478,00 €	5 927 949,00 €	4,99
2009	3 834 798,00 €	2 389 548,00 €	6 224 346,00 €	5,00
2010	3 876 715,00 €	2 411 434,00 €	6 288 149,00 €	1,03
2011	3 677 626,00 €	2 296 112,00 €	5 973 738,00 €	-5,00
2012	3 499 194,00 €	2 175 776,00 €	5 674 970,00 €	-5,00
2013	4 587 086,00 €	1 087 888,00 €	5 674 974,00 €	0,00
2014	4 990 470,00 €	528 100,00 €	5 518 570,00 €	-2,76
2015	5 279 555,00 €	551 571,00 €	5 831 126,00 €	5,66
2016	5 344 637,00 €	558 052,00 €	5 902 689,00 €	1,23
2017	5 496 083,00 €	558 052,00 €	6 054 135,00 €	2,57
2018	5 579 407,00 €	584 215,00 €	6 163 622,00 €	1,81
2019	5 508 131,00 €	1 012 113,00 €	6 520 244,00 €	5,79
2020	6 613 221,00 €	568 457,00 €	7 181 678,00 €	10,14

Quadro V Fundos Municipais - FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM –Fundo Social Municipal, IVA, IRS

2.2.2 DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	2 916 903,00	3 313 983,06	397 080,06	3 171 531,86	95,70
02	Aquisição de Bens e serviços	3 511 951,00	4 208 577,54	696 626,54	2 859 080,21	67,93
03	Juros e Outros encargos	6 200,00	6 200,00	0,00	3 405,78	54,93
04	Transferência Correntes	942 702,00	1 548 915,46	606 213,46	1 332 880,67	86,05
06	Outras Despesas Correntes	57 900,00	62 900,00	5 000,00	48 701,17	77,43
Total Despesas Correntes		7 435 656,00	9 140 576,06	1 704 920,06	7 415 599,69	81,13
07	Aquisição de Bens de Capital	5 579 800,00	5 022 358,80	-557 441,20	2 204 932,12	43,90
08	Transferência de Capital	525 401,00	759 351,00	233 950,00	185 235,58	24,39
09	Activos Financeiros	17 072,00	17 072,00	0,00	0,00	0,00
10	Passivos Financeiros	171 000,00	571 000,00	400 000,00	500 241,52	87,61
Total Despesas Capital		6 293 273,00	6 369 781,80	76 508,80	2 890 409,22	45,38
Total Geral		13 728 929,00	15 510 357,86	1 781 428,86	10 306 008,91	66,45

Quadro VI Execução Orçamental da Despesa

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **10.306.008,91€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **7.415.599,69€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **81,13%**. Verifica-se assim, uma diminuição das despesas corrente em **4,32%**, em relação ao ano de 2019 (**85,45%**). Quanto às **despesas de capital** num total de **2.890.409,22€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de **45,38%**, tendo-se verificado um aumento de **16,54%**, em relação ao ano anterior (**38,47%**).

Evidenciamos este resultado de execução orçamental, que se traduz claramente num aumento das despesas de capital, baixando as despesas correntes, resultados estes alcançado em ano de pandemia, traduzindo-se assim, num aumento de valor investido (orçamental) no Município. Salienta-se ainda o facto de que, durante o ano em análise, foram pagos de serviço da dívida **500.685,51 €**, sendo **443,99 €**, de juros e **500.241,52 €** para amortização de empréstimos. **Este esforço de amortização de todos os empréstimos obtidos, deixa o Município numa clara posição de conforto, sem dívidas a Médio e Longo Prazo, por pagar.**

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 13 anos.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação à previsão da despesa para o ano de 2019, atingiu-se uma taxa de execução orçamental de **66,45%**.



Prestação de Contas Individual Relatório de Gestão 2020

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsão *	17 816 602,74	19 704 879,86	19 930 364,48	23 911 404,28	24 707 550,00	18 675 250,00	12 362 450,00	12 613 000,00	10 376 405,00	12 466 273,00	11 485 678,00	13 140 878,00	15 510 357,86
	18,80%	10,60%	1,27%	19,97%	3,33%	-24,41%	-33,80%	2,03%	-17,73%	20,14%	-7,87%	14,41%	18,03%
Execução *	9 911 912,28	10 222 876,98	10 529 888,94	12 040 804,99	14 392 178,81	12 203 909,02	10 366 530,98	10 073 646,40	8 538 140,24	9 438 742,84	9 262 622,82	9 147 855,95	10 306 008,91
	-0,26%	3,14%	3,00%	14,35%	19,53%	-15,20%	-15,06%	-1,83%	-15,24%	10,55%	-1,87%	-1,24%	12,68%
Desvio *	7 904 690,46	9 482 002,88	9 400 475,54	11 870 599,29	10 315 371,19	6 471 340,98	1 995 919,02	2 339 353,60	1 838 264,76	3 027 530,16	2 223 055,18	3 993 022,05	5 204 348,95
	56,23%	19,95%	-0,86%	26,28%	-13,10%	-37,27%	-69,16%	27,23%	-27,61%	64,70%	-26,57%	79,62%	30,34%
Taxa de execução em relação à previsão anual *	55,63%	51,88%	52,83%	50,36%	58,25%	65,35%	83,85%	79,87%	82,28%	75,71%	80,64%	69,61%	66,45%

Quadro VII Evolução da Despesa

* % em relação ao ano anterior

Evolução da execução da despesa nos últimos treze anos, ao nível de correntes e de capital.

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2008	6 202 566,88 €	3 709 345,40 €	9 911 912,28 €	*
2009	7 181 941,54 €	3 040 935,44 €	10 222 876,98 €	3,14
2010	6 655 937,69 €	6 369 781,80 €	13 025 719,49 €	27,42
2011	6 664 383,60 €	5 376 421,39 €	12 040 804,99 €	-7,56
2012	8 107 705,56 €	6 284 473,25 €	14 392 178,81 €	19,53
2013	7 077 387,52 €	5 126 521,50 €	12 203 909,02 €	-15,20
2014	8 144 730,60 €	2 221 800,38 €	10 366 530,98 €	-15,06
2015	7 626 540,25 €	2 447 106,15 €	10 073 646,40 €	-2,83
2016	7 445 571,61 €	1 092 568,63 €	8 538 140,24 €	-15,24
2017	7 284 752,24 €	2 153 990,60 €	9 438 742,84 €	10,55
2018	7 340 409,92 €	1 922 252,90 €	9 262 662,82 €	-1,87
2019	7 720 179,17 €	1 427 676,78 €	9 147 855,95 €	-1,24
2020	7 415 599,69 €	2 890 409,22 €	10 306 008,91 €	12,66

* Não comparado com o ano anterior

Quadro VIII Despesa Corrente e Capital

Handwritten signatures and marks, likely belonging to the Mayor and other officials, are present here.

2.2.3 PRINCÍPIO DO EQUILIBRIO E EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos igual às despesas correntes), ponto ainda em vigor.

Como já foi referido que este executivo, durante o ano de 2020, direcionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

	Princípio do Equilíbrio												
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Corrente	5 773 590,71	6 655 587,92	6 655 937,69	6 679 059,99	6 695 144,27	7 820 678,22	9 192 109,86	8 745 879,96	8 677 500,14	8 641 949,84	8 940 239,15	8 788 565,58	9 002 457,12
Despesa Corrente	6 202 566,88	7 181 941,54	6 653 577,59	6 664 383,80	8 107 705,56	7 077 387,52	8 144 730,60	7 626 540,25	7 445 571,61	7 284 752,24	7 340 409,92	7 720 179,17	7 720 179,17
Diferença	-428 976,17	-526 353,62	2 360,10	14 676,39	-1 412 561,29	743 290,70	1 047 379,26	1 119 339,71	1 231 928,53	1 357 197,60	1 599 829,73	1 068 386,41	1 282 277,95

Quadro IX Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental

No que concerne ao Equilíbrio Orçamental e embora tenha sido derrogado temporariamente durante a pandemia (artigo 7º da Lei nº 6/2020 de 10 de abril), este Município decidiu manter o mesmo método de gestão e cumprir com o princípio do equilíbrio orçamental nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), republicada pela Lei nº51/2018 de 16 de agosto, que se traduz no seguinte: *a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.* Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.

Este ano resolvemos apresentar o quadro do equilíbrio orçamental, não evidenciando as amortizações anuais, mas sim o total das amortizações que efetuamos com a liquidação de todos os empréstimos de MLP. Mesmo assim, o princípio do equilíbrio orçamental foi cumprido!

Prestação de Contas Individual

Relatório de Gestão 2020

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS - 01-01-2020					
Entidade Financeira	Finalidade do empréstimo	Capital em Dívida em 01 de jan. de 2014	Nº anos remanescentes a 01/01/2020	Amortizações totais - Ano 2020	
BES	Req. Urb. Parque de Santa Barbara 1ª fase	111 406,56 €	1	14 925,97 €	
BES	Requalificação da Rede Viária	50 748,25 €	1	27 851,65 €	
BES	E.M Seixas- Numão	38 243,98 €	1	9 560,98 €	
BES	Centro Cultural/Biblioteca/Museu-2ª fase	373 763,23 €	1	95 272,98 €	
CGD	Financiamento de obras Financiadas	486 234,41 €	PAGO/ANO 2017	0,00 €	
CCAM	Centro Escolar de V.N. Foz Côa e Freixo de Numão(JI/1CEB) - Arrelvamento do Estádio Municipal.	815 365,12 €	4	352 629,94 €	
ESTADO	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - IGTCP	212 829,55 €	PAGO/ANO 2019	0,00 €	
	TOTAL	2 088 591,10 €		500 241,52 €	

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - EXECUÇÃO (artigos 40º e 83º da RFALEI)

Descrição	Dados do Exercício de 2019	Valor
A - Receitas correntes cobradas brutas	9 002 457,12 €	
B - Despesas correntes pagas	7 720 179,17 €	
C - Saldo corrente (A-B)	1 282 277,95 €	
D - Amortização totais dos EMLP	500 241,52 €	
E - Diferença Anual (C-D)	782 036,43 €	
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio	Cumprimento	

Quadro X Equilíbrio Orçamental

ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS A 31-12-2020								DÍVIDAS A CURTO PRAZO	% Evolução	
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO					Acordos de Regularização					
	CGD	BES	CCA	IGCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord.	OUTROS TERCEIROS	TOTAL GERAL	
2008	1 180 767,11 €	950 874,40 €			2 131 641,51 €	316 365,38 €	226 809,25 €	543 174,63 €	990 143,50 €	3 664 959,64 €	-0,71%
2009	1 321 819,47 €	848 757,51 €	740 217,20 €	162 572,00 €	3 073 366,18 €	189 094,38 €	203 646,29 €	392 740,67 €	1 856 514,96 €	5 322 621,81 €	45,23%
2010	994 635,79 €	780 108,65 €	742 882,09 €	162 572,00 €	2 680 198,53 €	127 271,00 €	630 015,21 €	757 286,21 €	1 211 032,31 €	4 648 517,05 €	-12,66%
2011	825 648,51 €	711 459,79 €	1 107 280,06 €	162 572,00 €	2 806 960,36 €	63 635,50 €	523 833,45 €	587 468,95 €	1 813 364,79 €	5 207 794,10 €	12,03%
2012	657 947,28 €	642 810,93 €	989 735,99 €	162 572,00 €	2 453 066,20 €	671 245,85 €	450 184,56 €	1 121 430,41 €	783 308,02 €	4 357 804,63 €	-16,32%
2013	486 234,41 €	574 162,02 €	865 622,67 €	162 572,00 €	2 088 591,10 €	497 498,15 €	357 759,28 €	855 257,43 €	1 112 661,07 €	4 056 509,60 €	-6,91%
2014	313 210,45 €	505 513,21 €	740 350,16 €	146 314,80 €	1 705 388,62 €	326 721,12 €	266 011,27 €	592 732,39 €	259 924,36 €	2 558 045,37 €	-36,94%
2015	138 700,54 €	436 864,35 €	664 058,10 €	113 800,40 €	1 353 423,39 €	169 632,70 €	173 956,98 €	343 589,68 €	59 823,03 €	1 756 836,10 €	-31,32%
2016	26 410,76 €	364 551,15 €	586 810,42 €	81 286,00 €	1 059 058,33 €		82 616,09 €	82 616,09 €	68 106,50 €	1 209 780,92 €	-31,14%
2017	€ 292 237,96 €	508 899,13 €	48 771,60 €		849 908,69 €		20 654,03 €	20 654,03 €	72 154,63 €	942 717,35 €	-22,08%
2018	- € 219 925,83 €	430 773,71 €	16 257,20 €		666 956,74 €	- €	€	- €	128 412,90 €	795 369,64 €	-15,63%
2019	- € 147 611,58 €	352 629,94 €			500 241,52 €	- €	- €	- €	104 760,47 €	605 001,99 €	-23,93%
2020	- € 0,00 €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	103 969,61 €	103 969,61 €	-82,32%

Quadro XI Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Este mapa, fornece a informação não só das dívidas de Médio e Longo Prazos e a Curto Prazo, como também a percentagem da sua evolução. Analisando o mesmo, podemos referir que a 31-12-2020, o Município não tinha dívidas a Médio e Longo Prazos. No que alude às dívidas de curto prazo, no valor de 103.969,61 €, referem-se a faturas que a

Prestação de Contas Individual Relatório de Gestão 2020

contabilidade recebeu no ano de 2021, com data do ano de 2020 (especialização de exercícios, através de nota de lançamento), tanto a nível de fornecedores de conta corrente, com fornecedores de imobilizado. Ou seja, em linguagem corrente, em 31-12-2020, não possuímos nenhuma fatura por pagar.

De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			faturados	valores a 31-12-2020				valores por receber ainda não submetido		
	investimento elegível	comparticipação	%		submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber			
					investimento elegível	comparticipação					
Centro de saúde de Vila nova de Foz Côa	360 000,00	306 000,00	85%	1 208 741,79	360 000,00	306 000,00	290 699,99	15 300,01	0,00		
D2GOV_VN de Foz Côa	78 069,07	66 358,71	85%	68 555,77	68 555,77	58 272,40	0,00	58 272,40	8 086,30		
Mobilidade urbano -PAMUS	108 213,42	91 981,41	85%	90 377,04	90 377,04	76 820,48	72 979,46	3 841,03	0,00		
Novo Mercado Municipal	1 940 000,38	1 649 000,32	85%	253 703,23	180 154,51	153 131,33	132 512,34	20 618,99	1 495 868,99		
PIICIE	332 493,56	282 619,53	85%	91 369,08	55 151,98	46 879,18	16 981,64	29 897,54	235 740,34		
Eficiencia Energetica no sistema de iluminação publica de Vila Nova de Foz Côa	387 665,25	368 281,99	95%	18 813,77		0,00	0,00	0,00	368 281,99		
Eficiencia Energetica no Edifício dos Paços do Concelho	141 374,39	134 305,67	95%	18 813,77		0,00	0,00	0,00	134 305,67		
Espaço Promocional "das Terras de Foz Côa"	154 888,42	131 655,16	85%					0,00	131 655,16		
FozCoa Story House	1 959 948,00	400 000,00	20%	812 178,61	393 101,41	80 226,91	80 226,91	0,00	319 773,09		
Passadiços do côa	115 101,55	80 571,08							80 571,08		
Largo da devesa	31 118,95	24 895,16	80%						24 895,16		
									127 929,98 2 693 711,55		

Quadro XII Posição dos projetos candidatos em 31/12/2020

Note-se que em 31 de dezembro de 2020, o Município tinha a receber de fundos comunitários na importância de 127.929,98 €. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, teríamos em vez da descida da dívida a Curto Prazo de 82,32% (ver quadro 34 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos), um superavit de 3,01%, ou seja, com o dinheiro que tínhamos a receber dos fundos comunitários, já validados, pagariam os faturamentos todas que entraram em 2021 e que se reportavam, a obras, bens e serviços, fornecidos no ano de 2020 e ainda sobrava o valor de 23.960,37 €.

Prazo Médio de Pagamentos									
Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº de dias	93	39	67	14	23	20	8	6	4

* Nota: Dados provisórios da DGAL, publicados no Portal Autárquico.

Quadro XIII Prazo Médio de Pagamentos



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individual
Relatório de Gestão 2020

Realçamos que pela primeira vez e com todos os constrangimentos que o cumprimento da legislação em vigor nos impõe, este Município obteve em Prazo Médio de Pagamento de 4 dias.

3

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS
E GASTOS**

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2020 e 2019, a sua variação absoluta e relativa em (%):

Descrição	<i>Em cêntimos de Euro</i>			
	2020	2019	Variação	Variação (%)
Impostos contribuições e taxas	1 011 920,47	1 137 777,08	(125 856,61)	(11,1%)
Vendas	263 871,90	281 750,86	(17 878,96)	(6,3%)
Serviços prestados	873 239,03	981 587,39	(108 348,36)	(11,0%)
Transferencias e subsídios correntes obtidos	7 400 942,38	6 738 933,81	662 008,57	18,0%
Rend/gastos imputados de Ent controladas, associadas	455 222,82	294 875,72	160 347,10	54,4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17 058,56	0,00	17 058,56	0,0%
Provisões (aumento/reduções)	0,00	178 137,57	(178 137,57)	(100,0%)
Outros rendimentos	456 987,58	901 780,41	(444 792,83)	(49,3%)
Total da estrutura de rendimentos	10 479 242,74	10 514 842,84	(35 600,10)	(0,3%)

Quadro XIV Rendimentos 2019 e 2020

Os impostos, contribuições e taxas - compreendem os impostos diretos, os impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades. A variação de **-11,1% apurada**, nos anos de 2019 e 2020, traduz-se numa diminuição de 125.856,61€; Taxas, Multas e outras penalidades, obteve um decréscimo, explicado pela isenção por parte deste executivo de algumas taxas, como incentivo à economia local, devido à crise provocada pela doença Covid-19. **Serviços prestados** - que compreendem entre outros, nos resíduos sólidos, colocação de contadores, cemitérios, serviços de desporto e aluguer de espaços. A variação de **-11,0%**, apurada, nos anos de 2019 e 2020, traduz-se numa diminuição de 108.348,36€, que se explica nos sucessivos estados de emergência, decretados pelo governo durante o ano de 2020, que obrigaram ao encerramento de alguns serviços Municipais: piscinas, ginnodesportivo, espetáculos culturais, cinema, viagens de barcos, prestações de serviços do Centro de Alto Rendimento do pocinho, entre outros.

Transferências e subsídios correntes obtidos - que compreendem transferências do Orçamento do Estado (FEF, FSM, IRS, IVA). A variação de **18,0%**, apurada, nos anos de 2019 e 2020, traduz-se num aumento de 1.129.244,63€, decorrente da legislação em vigor.

Rend/gastos imputados de Ent. controladas, associadas - que correspondem à distribuição dos resultados da Empresa Ribeira da Teja, Produção de Energia Electrica,



EM., Lda. A variação de 54,4%, apurada, nos anos de 2019 e 2020, traduz-se num aumento de 160.347,10€, decorrente do aumento da variação dos resultados da empresa.

Imparidade de dívidas a recebes (perdas/reversões) - que correspondem à reversão de dívidas de clientes de água.

Otos rendimentos - Esta rubrica apresenta uma variação global negativa, de 444.792,83 euros sendo que os itens mais relevantes são imputações de subsídios ao investimento, cujo nível de imputação diminuiu.

3.2 ESTRUTURA DE GASTOS

Composição dos gastos em 2020 e 2019, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2020	2019	Varição	Variação (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	556 311,75	549 792,32	6 519,43	1,2%
Fornecimentos e serviços externos	2 862 028,69	3 255 612,84	(393 584,15)	(12,1%)
Gastos com o pessoal	3 237 845,46	3 126 070,41	111 775,05	3,6%
Transferencias e subsídios concedidos	986 008,04	765 286,96	220 721,08	28,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	11 011,01	(11 011,01)	(100,0%)
Provisões (aumento/reduções)	10 354,40	0,00	10 354,40	0,0%
Outros gastos	56 947,09	237 235,66	(180 288,57)	(76,0%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 960 028,87	1 668 557,85	1 291 471,02	77,4%
Juros e gastos similares suportados	5 599,74	3 381,77	2 217,97	65,6%
Total da estrutura de gastos	10 675 124,04	9 616 948,82	1 058 175,22	11,0%

Quadro V Gastos 2019 e 2020

Ao analisarmos este mapa verificamos que os itens com variações mais relevantes, se prendem com os efeitos dos confinamentos impostos por força dos estados de emergência, ao nível dos FSEs, pois os gastos com transportes escolares, combustíveis e trabalhos especializados, ligados normalmente a atividades funcionais da Autarquia, cultura, recreio e educação, estiveram suspensos. No entanto, essas disponibilidades de verbas foram canalizadas, num reforço maior das comparticipações referentes a transferência e subsídios à população, freguesias e instituições de solidariedade social, enfim um esforço para minimizar os efeitos da pandemia, nas pessoas e na economia local. A variação a nível salarial, corresponde ao cumprimento legal de atualizações salariais e contratação através do PEPAL. Outra rubrica com variação relevante, são os gastos com depreciações, 1.291.471,02€, que resultaram do esforço feito para reconhecer como ativos, todos os bens ao serviço do município de forma a aproveitar a transição para o novo referencial contabilístico para reconhecer bens não inventariados, tendo-se socorrido de uma entidade

externa para o fazer, pelo que à data de 1 de janeiro de 2020 os AFT, tiveram um reconhecimento líquido adicional de 32.899.104,85 €. A taxa media de depreciação está nos 3,8%, dentro da vida útil normal dos imoveis utilizados pelo município.

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2020	2019	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	3 237 845,46	3 126 070,41	111 775,05
N.º médio de colaboradores	167	170	-3
Gasto médio por colaborador	19 388,30	18 388,65	999,65

Quadro VI Gastos com o pessoal 2019 e 2020

Como já referimos, no exercício de 2020 as tabelas salariais foram atualizadas, nomeadamente quanto ao salário mínimo e reestruturação de carreiras de alguns funcionários, pelo que o aumento médio mensal foi de cerca de 71,00€.

O município tem como regra na contratação, o procedimento concursal. Ao nível da formação profissional, embora sem plano de formação prévio, as diversas entidades públicas ligadas à formação na administração pública, comunicam de forma recorrente, as ações de formação que os dirigentes, distribuem pelos colaboradores sob a sua orientação. São estes que em função das necessidades sentidas propõem a frequência das ações, sendo os gastos suportados pelo município

3.4 EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Entidade”, no período de 2020 e 2019, foi o seguinte:



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individual
Relatório de Gestão 2020

Descrição	2020	2019	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	2 769 747,31	2 569 833,64	199 913,67	7,8%
EBITDA/Rendimentos próprios	128,9%	107,0%	21,9	20,4%
EBITDA/ Transf e subsídios correntes	37,4%	38,1%	-0,7	-1,9%
Resultado líquido do período	(195 881,30)	897 894,02	(1 093 775,32)	-121,8%
Resultado líquido do período / Rendimentos próprios	-9,1%	37,4%	-46,5	-124,4%

nota: Rendimentos próprios = Impostos municipais + vendas + prestação serviços

Quadro XVII EBITA e Resultado Líquido 2019 e 2020

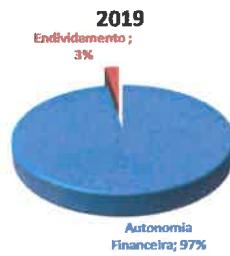
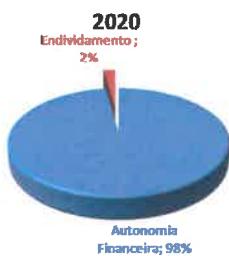
Apresentamos um conjunto de indicadores que mostram que os resultados operacionais antes de depreciações são positivos, pelo que o resultado negativo resulta das depreciações praticadas. A relação entre o EBITDA e os rendimentos próprios dão uma medida da dependência que o município tem das transferências do orçamento de estado, que explica a variação positiva do EBITDA de 2019 para 2020, pois esta rubrica de transferência aumentou 8%.

(Assinatura)

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Entidade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2020	2019	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	98%	97%	0,4%
Endividamento	2%	3%	-0,4%



Quadro XVIII Indicadores Financeiros/Endividamento 2019 e 2020

O município neste exercício, liquidou os empréstimos que tinha, e face à ausência de dívida a terceiros significativa, financia-se exclusivamente com capitais próprios apresentando uma autonomia financeira notável.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Entidade através da análise dos seguintes itens do balanço:

ATIVO	31-DEZ-2020	Peso %	31-DEZ-2019	Peso %	Variação 2020 - 2019
Ativo não corrente	83 808 712,64	94,6%	84 772 150,74	95,4%	(963 438,10)
Ativo corrente	4 819 289,83	5,4%	4 126 929,82	4,6%	692 360,01
Total Ativo	88 628 002,47	100,0%	88 899 080,56	100,0%	(271 078,09)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Patrimonio Líquido	86 673 672,59	97,8%	86 577 020,44	97,4%	96 652,15
Passivo não corrente	898 835,24	1,0%	1 238 048,05	1,4%	(339 212,81)
Passivo corrente	1 055 494,64	1,2%	1 084 012,07	1,2%	(28 517,43)
Total Patrimonio Líquido e Passivo	88 628 002,47	100,0%	88 899 080,56	100,0%	(271 078,09)

Quadro XIX Alguns Itens do balanço 2019 e 2020

Podemos observar pelos totais do balanço que se verificou uma descida, sobretudo por causa do aumento de depreciações nos ativos fixos tangíveis. Tal significa que uma vez que o passivo também diminuiu, estariam criadas as condições ideais para novos investimentos e se necessário recorrendo a capitais alheios, **porque a autonomia financeira do município assim o permite.**

O ativo corrente cresce por efeito do adiantamento a um fornecedor de imobilizado e à variação de fluxos de caixa positivos.

4.2 INDICADORES DE GESTÃO

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2020 e respetivos valores comparativos:



Indicadores de Gestão	2020	2019	Δ Absoluta	Δ em % face a 2019
Ativo Fixo Tangível (AFT)	79 075 194,11	80 224 956,08	(1 149 761,97)	(1,4 %)
Ativo não corrente	83 808 712,64	84 772 150,74	(963 438,10)	
Património Líquido	86 673 672,59	86 577 020,44	96 652,15	0,1 %
Equilíbrio dos capitais permanentes (AFT/Cap.perm)	0,90	0,91	0,0	(1,2 %)
Fluxos de caixa operacionais	1 958 982,25	995 446,76	963 535,49	96,8 %

Quadro XX Indicadores de gestão 2019 e 2020

Da análise ao quadro apresentado, propicia-nos os seguintes comentários:

- ◆ A variação negativa ocorrida no “**Ativo Fixo Tangível**” é motivada pelo investimento nas seguintes classes de ativos (valores mais significativos):

A variação nesta rubrica resulta do facto de as novas adições de ativos fixos tangíveis terem sido de 1.071.125,11€, enquanto as depreciações foram de 2.915.959,32€. No anexo, no ponto dos AFT, divulgamos de forma mais descriminada este aspeto.

- ◆ A variação positiva ocorrida no “**Património Líquido**” é referente às diferenças de resultados de exercícios entre 2019 e 2020.

- ◆ Os “**Fluxos de caixa operacionais da Entidade**”:

A variação nos fluxos operacionais é justificada pelo acréscimo de transferências do orçamento de estado para 2020 de que este município beneficiou, sendo certo que o confinamento reduziu o nível de atividade em alguns aspetos da gestão do município.

- Ráios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros ráios financeiros relevantes referentes ao período de 2020 e 2019:

Outros indicadores financeiros	2020	2019	Δ Absoluta	Δ em % face a 2019
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	4 435,0 %	3 728,5 %	706,5	1 894,9 %
Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros	3 763 795,19	3 042 917,75	720 877,44	23,7 %

Quadro XXI Ráios Financeiros 2019 e 2020

Da análise ao quadro acima, apresentamos os seguintes comentários:



A solvabilidade do município é completa, pelo que daqui resulta uma enorme liquidez.

4.3 ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativos à análise económica no período findo de 2020, comparativamente com o período de 2019:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2020	2019	Δ Absoluta	Δ em % face a 2019
Rendibilidade Líquida dos rendimentos próprios (%)	RL / Rendimentos próprios	(9,1 %)	37,4 %	46,5	(12 437,5 %)
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	3,1 %	2,9 %	0,2	810,9 %
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	Clientes / Rendimentos correntes * 365	122	74	48	65,4 %

nota: Rendimentos próprios = Impostos municipais + vendas + prestação serviços

Quadro XXII Indicadores Económicos 2019 e 2020

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

Uma vez que a análise é feita sobre a atividade do município, que é uma entidade que não visa o lucro, considera-se que, os resultados de rentabilidade dos rendimentos próprios são adequados uma vez que a principal fonte de financiamento é o orçamento de estado, sobretudo neste exercício que viu muitas das suas atividades fechadas uma boa parte do ano, impossibilitado de auferir receitas próprias.

Relativamente aos prazos médios de pagamento, o tema está adequadamente desenvolvido na parte orçamental. Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, **a Entidade, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz**, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2020, **justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus cidadãos**.

4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Entidade no período económico findo em 31 de dezembro de 2020, alcançou o resultado líquido negativo 195.881,30 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Euros
Resultados transitados	-195 881,30
Reserva legal	0,00
Total	-195 881,30

Quadro XXIII Aplicação de Resultados 2020

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que os tempos vindouros continuem a exigir rigor e conjugação de esforços para minimização das consequências pandémicas. Os investimentos futuros apelam a uma unidade coletiva em prol do bem comum, dispondo todos os recursos tidos por necessários e com absoluto foco nas pessoas para proporcionar plenas vivências no concelho de Foz Côa.

A implementação dos projetos previstos em PPI e na GOP serão uma realidade nos anos vindouros. De um modo geral, o município apostará em investimentos de âmbito turístico, da indústria e energia, da cultura, educação, saúde e ação social, na habitação e serviços coletivos. Destacam-se os seguintes investimentos:

- a) Elaboração da Estratégia Local de Habitação;
- b) Fruição do novo Mercado Municipal;
- c) Implementação dos Passadiços do Côa;
- d) Concretização do *Foz Côa Story House* que surge da necessidade de reabilitação do centro histórico;
- e) Remodelação da Estação Central de Camionagem em Espaço Promocional “Das Terras de Foz Côa”;
- f) Reforço dos parques de autocaravanas noutros espaços da cidade;
- g) Amplificar a capacitação internacional de atletas de alta competição para estagiarem no Centro de Alto Rendimento do Pocinho (CAR);
- h) Dinamizar nacionalmente os Percursos Pedestres Caminhos Douro;
- i) Prossseguir com o Plano Intermunicipal de Combate ao Abandono Escolar;



-
- j) Consolidar nacionalmente os eventos estruturantes do município;
 - k) Reforçar a aposta na Eficiência Energética;
 - l) Prosseguir os Programas de Ação Social e Saúde vigentes.

Por seu turno, no reconhecimento de que as autarquias locais são a organização fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, em consagração de três princípios: o da subsidiariedade, o da lógica de descentralização administrativa e o da autonomia do poder local, como base da Reforma do Estado.

Nesta ótica, foram, entretanto, divulgados os diplomas de âmbito setorial que substantificam a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado que passarão a estar sob a égide da administração local: “*praias, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, turismo, justiça, vias de comunicação, fundos europeus e captação de investimento, associações de bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, património imobiliário público sem utilização, estacionamento público, proteção e saúde animal, educação, cultura, saúde, transportes em vias navegáveis interiores, proteção civil, áreas protegidas, competência relativa à autorização e comunicação prévia das ações de arborização e rearborização e policiamento de proximidade.*”

A obrigatoriedade dessa transferência é remetida para 31 de março de 2022, dando assim maior tempo para que esta autarquia possa preparar e aceitar na amplitude total das competências transferidas, não descurando a essencial avaliação prévia do seu impacto no plano financeiro, nos recursos humanos, nos meios técnicos e na estrutura organizacional da autarquia.

Para o ano de 2021, figurava na Proposta de Orçamento do Estado apresentada pelo Governo (Proposta de Lei nº61/XIV), no seu art. 83º/6, uma autorização de transferência mensal para o Fundo de Financiamento da Descentralização (a par do que sucedeu em 2020). Entretanto essa proposta foi exclusa e não existe, presentemente, qualquer menção ao FFD na Lei de Orçamento do Estado para 2021.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individual
Relatório de Gestão 2020

Ao acolher as novas competências, este município terá de analisar profundamente a acoplagem entre a função e o financiamento, evitando a discricionariedade inoportuna e alojando esse eventual reforço através revisão dos mecanismos financeiros municipais, tendo em vista cumprir as novas competências de forma sustentável.

CONTABILIDADE DE GESTÃO

Limitações:

Nos termos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, os documentos de prestação de contas deverão divulgar informação sobre a avaliação de desempenho e avaliação por programas, sobre os custos, tendo por base informação proveniente do sistema de contabilidade de custos e de gestão.

Esta informação deveria ser incluída neste relato financeiro anual.

Sendo a contabilidade de gestão uma ferramenta de apoio à gestão, o relatório de gestão deverá divulgar, conforme estipulado no parágrafo 34 da supramencionada norma, para cada bem, serviço ou atividade final:

- Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades;
- Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidentes com o exercício económico;
- Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.” No caso particular do subsetor autarquias locais, deveriam ainda ser divulgados os mapas que constam do parágrafo 37 da NCP 27.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelos serviços do município, as dificuldades de circulação e de reunião, entre os funcionários e os operadores informáticos, criadas com a evolução do estado pandémico provocado pela Covid 19, bem como a falta de pessoal qualificado, na área da contabilidade e gestão, não permitiram completar o processo já iniciado, pelo que não é possível proporcionar a informação referente à aplicação da NCP 27.



QUESTÕES AMBIENTAIS

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos produzidos no concelho. A recolha de RSU indiferenciados é feita pela empresa FOCSA, monitorizada/fiscalizada pela Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos. A recolha separativa é feita através de ecopontos recolhidos pela empresa Resíduos do Nordeste. Existe um ecocentro gerido pela empresa FOCSA para a recolha de resíduos que não cabem no âmbito anterior. É feita recolha programada porta a porta de “monos” (mobílias, eletrodomésticos, e outros resíduos que o município não tenha possibilidade de transportar ao ecocentro).

No âmbito das atividades municipais que tenham a ver com as alterações climáticas, tem-se procurado tomar iniciativas que venham de encontro a isso. Não há nenhuma matriz de procedimento específica. Não se fizeram quaisquer ações de sensibilização junto dos munícipes. Quanto a ações concretas do Município na área de preservação do ambiente (alterações climáticas), tem-se a referir:

→ O Município aderiu ao Plano de Ação para a Energia Sustentável em 18 de fevereiro de 2015, via CIM do Douro, esta como Entidade Coordenadora Territorial.

→ Está a decorrer o processo de adjudicação do procedimento para fornecimento e montagem de luminárias com tecnologia LED e sistema de telegestão em toda a cidade de Vila Nova de Foz Côa.

→ Está a decorrer um procedimento para a empreitada de obras de requalificação nos Paços do Concelho para melhorar a eficiência energética do edifício.

→ Está em conclusão o projeto da nova piscina municipal coberta; pretende-se iniciar a construção em 2021, com a demolição da existente, obsoleta em termos de isolamento térmico da envolvente e de equipamento/fontes de energia.

→ Construção da ETAR de Muxagata (aglomerado urbano do Concelho); durante o ano, pretende-se mandar elaborar mais dois projetos de ETAR's (Chãs e Castelo Melhor).

→ Existe um posto de carregamento para veículos elétricos em Vila Nova de Foz Côa; vai ser instalado outro durante o presente ano.

→ Vão ser instaladas, no presente ano, duas plataformas para bicicletas elétricas em Vila Nova de Foz Côa.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individual
Relatório de Gestão 2020

→Vai ser lançado um procedimento para a elaboração de um estudo municipal para o desenvolvimento de um sistema de recolha de biorresíduos.



7

ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

7.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Camara Municipal no dia de maio de 2021.

7.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acertas de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras e as demonstrações de relato orçamental, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual das Alterações do Património líquido, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo Individual.



Vila Nova de Foz Côa, 27 de maio de 2021

O Presidente da Camara Municipal



(Engº Gustavo de Sousa Duarte)

